



ESCOLA, FORMAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE SEXUAL: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I

Lilian de Oliveira Lino¹
Cláudio Rodrigues Alves²
Rinaldo Correr³

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar as Representações Sociais (RS) de professoras para identificar suas concepções sobre diversidade sexual no ambiente escolar. A metodologia adotada foi a análise do conteúdo, uma vez que esta pode ser conferida a discursos, os quais favorecem a análise de saberes que são possíveis fontes de representação. Os resultados suscitaram duas categorias de análise: a quem cabe o papel de educar para a diversidade sexual e entraves para o diálogo sobre diversidade sexual no ambiente escolar. A primeira categoria apontou três tipos de abordagens nas representações docentes: a moral-tradicionalista, a biológico-higienista e a emancipatória. A segunda categoria revelou a ausência de capacitação em educação sexual e a não aceitação familiar como elementos que impedem o desenvolvimento dessa temática. Concluiu-se que, para que a educação sexual seja realidade, é crucial o investimento em políticas públicas e em formação docente que abordem a sexualidade, o gênero e a diversidade sexual.

Palavras-Chaves: Representações Sociais; Escola; Formação Docente; Diversidade Sexual; Professoras.

INTRODUÇÃO

Discutir questões relativas a gênero, sexualidade e diversidade sexual no ambiente escolar representam, cada vez mais, um desafio para que se possa contribuir com o desenvolvimento humano e social, por meio do processo de escolarização universal, como um direito democrático e constitucional. No entanto, para que essa temática se torne consistente e sólida e, dessa maneira, contribua para formação de indivíduos críticos e reflexivos é preciso investigar as representações dos integrantes que compõem esse processo e, em consonância, compreender a dinâmica da construção dos pensamentos e comportamentos que cada sujeito possui a respeito do tema.

No decorrer da história, a sexualidade passou por diferentes transformações. Desde as sociedades mais antigas, que a presenciaram de forma mais livre, como também, sendo atravessada por discursos de regulação da liberdade, devido a consolidação dos dogmas da igreja, do controle do estado e do discurso médico-científico que conseqüentemente implicaram em normas regulatórias para os corpos. (FOUCAULT, 2017).

Atualmente, tem sido frequente o debate em torno da legitimidade das escolas, como ambientes adequados para formação de crianças e adolescentes em educação sexual. Outro ponto destacado nas discussões é a quem caberia o papel de orientá-los nesta temática. Por ser palco de diversas interações, a escola também é um território permeado pela sexualidade.

¹ Mestranda em Educação Sexual, UNESP. Campus de Araraquara. E-mail: lilian.lino@unesp.br

² Mestrando em Educação Sexual, UNESP. Campus de Araraquara. E-mail: cr.alves@unesp.br

³ Doutor, UNESP. Campus de Araraquara. E-mail: rinaldo.correr@unesp.br



Nesse espaço escolar, diariamente, encontram-se indivíduos de diferentes localidades, crenças e costumes que vivenciam suas experiências (sociais, culturais e de gênero) das mais variadas formas. Ao compartilharem desse mesmo ambiente, expõem seus comportamentos, suas afetividades e identificações. Louro (2008) ressalta que a escola é lugar em que, questões sobre sexualidade se refletem em diferentes instâncias, sejam nas conversas, nos escritos dos banheiros, nas piadas, nas brincadeiras, nas relações afetivas e também na sala de aula por meio das falas e ações de professores/as e estudantes.

Ademais, a escola pode ser considerada uma instituição disciplinadora cujo propósito fundamental é moldar a constituição física e mental dos indivíduos, adequando-os as normas da sociedade em que se encontra. Essa ação, teria como resultado, tornar/formar um sujeito submisso, dócil, obediente e funcional ao sistema em curso. (FOUCAULT, 2013).

A partir dessas considerações, este estudo teve como objetivo analisar as RS de professoras da rede municipal, em escolas de um município no interior do Estado de São Paulo, para identificar suas representações sobre diversidade sexual no ambiente escolar.

METODOLOGIA

As RS podem ser descritas como construções que ocorrem coletivamente e que possuem influência sobre o modo como os indivíduos percebem e entendem a realidade a sua volta. As RS são impregnadas por valores, crenças, atitudes e ideologias que são prevalentes em uma determinada sociedade ou grupo. Por meio dessas maneiras de pensar e conceber, os indivíduos conferem significado aos acontecimentos, objetos e pessoas em seu ambiente social, criando uma estrutura de significado e orientação para sua visão de mundo. Jodelet (2001), explica que as RS “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22).

A metodologia adotada foi a análise de conteúdo, baseada na perspectiva de Bardin (1979), uma vez que sua aplicação pode ser conferida a discursos e diferentes meios de comunicação com o propósito de compreender aspectos, estruturas e modelos, os quais favorecem a análise de saberes que são possíveis fontes de representação. Como instrumento de coleta de dados foram aplicadas entrevistas semiestruturadas. Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP/Araraquara. Assim, aceitaram participar deste estudo, 17 professoras de Ensino Fundamental I que tiveram suas entrevistas coletadas entre os meses de fevereiro e março de 2023.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises das entrevistas resultaram em duas categorias de análise das RS docentes: a quem cabe o papel de educar para a diversidade sexual e entraves para o diálogo sobre diversidade sexual no ambiente escolar.

1ª categoria de análise: a quem cabe o papel de educar para a diversidade sexual. Neste grupo, as representações das professoras variaram sobre a quem cabe o papel de educar para a diversidade sexual, com a divisão das RS em três subcategorias: responsabilidade da família (moral-tradicionalista), responsabilidade de profissionais da saúde (biológico-higienista) e responsabilidade da escola (emancipatória).

Conforme Furlani (2016) a abordagem moral-tradicionalista é pautada pela adoção da abstinência sexual e defende a família como responsável pela educação sexual, enquanto a abordagem biológico-higienista é a mais utilizada por nossos sistemas de ensino e seu foco está na saúde, na reprodução e na prevenção de gravidez e doenças. Essas abordagens encontram-se refletidas nas práticas e estratégias de grupos conservadores que visam impedir o avanço dos direitos civis e jurídicos de grupos minoritários.

Por outro lado, a abordagem emancipatória presente nas representações de algumas docentes abre espaço para uma concepção voltada ao diálogo sobre os tabus e preconceitos em torno da sexualidade. Segundo Bonfim (2012) esta abordagem promove “o respeito à liberdade de expressão e de orientação sexual, abrindo espaço para a discussão de conceitos e problemas da adolescência, como namoro, sexo seguro, gravidez, aborto, orientação sexual, abusos sexuais, violência, responsabilidade, maturidade e afetividade (p. 71).

2ª categoria de análise: entraves para o diálogo sobre diversidade sexual no ambiente escolar. A maioria das professoras relataram a ausência de capacitação em educação sexual, sendo este elemento um entrave para o desenvolvimento do assunto. A ausência de formação é um fator que causa insegurança e receio para que a diversidade sexual seja trabalhada no contexto educacional. Nesse sentido, Silva (2010) aponta para a necessidade de que maiores investimentos sejam destinados e aplicados desde a formação inicial docente para a efetivação de políticas públicas que possam compor os currículos brasileiros.

Outro elemento, relatado pelas docentes como impeditivo para que essa temática seja abordada nos espaços escolares, é a não aceitação familiar por parte dos responsáveis dos/as estudantes. Barbosa e Folmer (2019) apontam que a aprovação familiar é um desafio enfrentado por professores/as, tornando inviável que a educação sexual faça parte do contexto educativo. Como forma de dirimir a resistência familiar quanto ao acesso de



informações sobre sexualidade, os autores sugerem que a família seja acolhida e envolvida pela escola nessas discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das percepções das professoras sobre a responsabilidade de educar para a diversidade sexual revelaram a existência de três abordagens, com representações que variam entre a atribuição dessa função à família, aos profissionais da saúde e à escola. Essas representações refletiram abordagens tradicionalistas, biológicas e emancipatórias, respectivamente. Enquanto as duas primeiras abordagens de cunho conservador tendem a promover a manutenção de tabus e preconceitos, a abordagem emancipatória propõe a discussão aberta e o respeito à diversidade, visando a compreensão e a aceitação das diferentes orientações sexuais.

No entanto, foram encontrados entraves para que o diálogo sobre diversidade sexual sejam uma realidade no ambiente escolar. A deficiência de capacitação das professoras em educação sexual se mostrou como um desafio que limita a habilidade de abordar o tema de forma adequada. A resistência por parte de famílias também atua como uma barreira, muitas vezes, dificultando a implementação de projetos abrangentes e inclusivos nessa área.

Por fim, para que a inclusão e o respeito à diversidade sexual no contexto educacional sejam promovidos é fundamental o investimento em políticas públicas e em programas de formação docente que abordem de forma ampla questões como sexualidade, gênero e diversidade sexual. Ainda, a promoção do diálogo e da parceria com as famílias pode ser uma estratégia eficaz para mitigar a resistência e facilitar a implementação de uma educação sexual emancipatória.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BONFIM, C. **Desnudando a Educação Sexual**. Campinas, SP: Papyrus, 2012

BARBOSA, L. U.; FOLMER, V. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S.l.], v. 9, n. 19, p. 221–243, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/515>. Acesso em: 23 out. 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.



FOUCAULT, M. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2017.

FURLANI, J. Abordagens contemporâneas para educação sexual. In: FURLANI, J. (organizadora). **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito as diferenças**. Florianópolis: UDESC, 2008.

JODELET, D. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Revista **ProPosições**, v.2, n.56, p.17-23, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em 2 out. 2023.

SILVA, L. R. G. **Sexualidade e orientação sexual na formação de professores: uma análise da política educacional**. 2010. 153f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.